

ANTIDUMPING

Impacto das práticas antidumping sobre a produtividade e o poder de mercado das firmas industriais brasileiras

Favas contadas?

A burocracia na internalização dos acordos internacionais firmados pelo Brasil

OMC

Aspectos jurídicos do Programa Inovar-Auto no Relatório Final do Painel



Sumário

2 EDITORIAL

Protecionismo, política industrial e acordos internacionais

Ricardo Markwald

4 *ANTIDUMPING*

Uma avaliação empírica das práticas de *antidumping* sobre a produtividade e o poder de mercado das firmas industriais brasileiras

Sérgio Kannebley Júnior, Rodrigo Remédio e Glaucio Sampaio Oliveira

18 Defesa comercial e abertura comercial

Fabrizio Sardelli Panzini, Eduardo Freitas Alvim e Bruno Herwig Rocha Augustin

25 POPULISMO

Economia da reação populista

Dani Rodrik

30 INOVAR-AUTO NA OMC

Aspectos jurídicos sobre o Programa Inovar-Auto no Relatório Final do Painel constituído na OMC

Marcelo Maciel Torres Filho

46 POLÍTICA INDUSTRIAL

Precisamos mesmo de uma política industrial?

José Tavares de Araújo Junior

48 INTERNALIZAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS

Favas contadas? A burocracia na internalização dos acordos internacionais firmados pelo Brasil

Diego Bonomo e Felipe Carvalho

Agradecimento aos Autores

Nesta última edição de 2017 a equipe editorial da Funcex agradece a colaboração daqueles que escolheram a RBCE como veículo para publicação de seus artigos.

Ao prestigiar a RBCE eles contribuíram para que pudéssemos cumprir com nosso objetivo de incentivar um debate livre e pluralista sobre o comércio exterior brasileiro e as relações externas do país.

Recebam nossas sinceras expressões de agradecimento

Aluísio de Lima-Campos

Bruno Herwig Rocha Augustin

Carlos Cavalcanti

Carolina Telles Matos

Claudio R. Frisctak

Dani Rodrik

Diego Bonomo

Eduardo Augusto Guimarães

Eduardo Freitas Alvim

Embaixador Carlos Marcio Cozendey

Fabio Silveira

Fabrizio Sardelli Panzini

Fabrizio Sardelli Panzini

Felipe Carvalho

Fernanda De Negri

Filipe Lage de Sousa

Geraldo Biasoto Jr.

Glauco Sampaio Oliveira

Guillermo Rozenwurcel

Jorge Ernesto Sanchez Ruiz

José Augusto Coelho Fernandes

José Roberto Afonso

José Tavares de Araújo Jr.

Leane Cornet Naidim

Marcel Caparoz

Marcelo Maciel Torres Filho

Marcelo Pereira da Cunha

Maria Fernanda Gadelha

Mauricio Mesquita Moreira

Otaviano Canuto

Ramiro Albrieu

Renato Fonseca

Ricardo Markwald

Rodrigo Remédio

Samantha Cunha

Sérgio Kannebley Júnior



Protecionismo, política industrial e acordos internacionais

O título do Editorial resume os assuntos abordados na presente edição da RBCE.

O artigo que abre a Revista apresenta uma avaliação empírica das práticas de *antidumping* sobre a produtividade e o poder de mercado das firmas industriais brasileiras. Consoante a teoria econômica, as medidas *antidumping* beneficiam os produtores domésticos ao promover a elevação dos preços dos produtos importados, assim como dos produtos nacionais que competem com eles. Em consequência, promovem perda de bem-estar no país importador. Adicionalmente, as medidas *antidumping* prejudicariam a eficiência, em virtude de seu efeito negativo sobre a produtividade dos setores protegidos, pois favoreceriam a permanência de plantas de baixa produtividade, dificultando a realocação de recursos para setores mais produtivos. Contudo, a magnitude desses efeitos requer sempre avaliação empírica. Esse é precisamente o objetivo do estudo de S. Kannebley Jr., R. Ribeiro Remédio e G. Sampaio Oliveira.

As conclusões do trabalho são contundentes. O exame da experiência brasileira mostra que os setores mais produtivos e com maior margem de lucro bruto são os principais beneficiários das medidas *antidumping*, resultando em aumento de sua margem bruta de lucro. Pior ainda, tais medidas levariam também à redução da eficiência produtiva dos setores beneficiados. Os autores admitem que o uso do instrumento *antidumping* constitui uma prática estendida tanto em países desenvolvidos como emergentes, mas não se deve ignorar que sua aplicação traz efeitos negativos sobre a concorrência e a eficiência dos setores que se beneficiam desse tipo de proteção.

O artigo *Defesa comercial e abertura comercial* faz, em parte, um contraponto ao texto precedente. Com efeito, seus autores apresentam diversas estatísticas para se contrapor aos críticos das medidas protecionistas adotadas pelo Brasil nos últimos anos, destacando o caráter excessivamente “impressionista” de certas afirmações.

Apoiados em dados referentes à atuação do Brasil na área de defesa comercial, os autores sustentam que, embora o Brasil tenha liderado a aplicação de medidas *antidumping* em período recente, atualmente não mais ocupa lugar de destaque no uso desse instrumento. Eles defendem também que as medidas de defesa comercial afetam uma parcela muito marginal das importações do país (1% em valor, em 2016) e que o percentual de petições que resultam em efetiva abertura de investigações é razoável (58%). Em suma, os autores concluem que a aplicação de medidas de defesa comercial de maneira justa, equilibrada e de acordo com as regras da OMC é legítima, posto que destinada a corrigir distorções indevidas decorrentes de práticas desleais de comércio.

A questão do protecionismo e da política industrial brasileira está presente também em dois outros artigos da presente edição da RBCE. O texto de M. Torres Filho foca num instrumento específico de política industrial, o Programa Inovar-Auto, e faz uma análise pormenorizada do Relatório do Painel da Organização Mundial de Comércio (OMC), que examinou os questionamentos feitos por diversos parceiros comerciais do Brasil a seus dispositivos. O Painel apontou diversas incompatibilidades do Programa com as regras da OMC e seus Acordos, obrigando o Brasil a reformular o Programa.

O segundo artigo, de autoria de J. Tavares de Araújo Jr. afirma que os pacotes de política industrial editados pelos governos Lula e Dilma não conseguiram reverter a tendência de declínio da participação da indústria no PIB brasileiro, nem elevar a competitividade internacional dos distintos setores aos quais estavam dirigidos. O autor atribui os pífios resultados alcançados pelos diversos programas de política industrial e tecnológica ao aparato protecionista enraizado no país.

Esse aparato, que consiste na imposição de tarifas de importação muito elevadas sobre bens intermediários e equipamentos, na adoção de regras anacrônicas de conteúdo local, no uso intensivo de ações *antidumping* e na edição de portarias que definem o Processo Produtivo Básico para a elaboração de certos produtos seriam o resultado da busca de autossuficiência como uma prioridade nacional. Essas medidas, contudo, não contribuem para que a indústria brasileira consiga operar na fronteira tecnológica internacional. Em razão disso, o autor defende uma política industrial minimalista baseada em dois mecanismos relevantes para promover o desenvolvimento do sistema industrial: incentivos à inovação e defesa da concorrência.

O artigo de D. Bonomo e F. Carvalho discute a burocracia e a morosidade no processo de internalização de acordos internacionais firmados pelo Brasil. Os autores fazem um levantamento de 27 acordos, entre 2003 e 2017, que tiveram a aprovação do Congresso Nacional. Trata-se de acordos de comércio, acordos previdenciários, acordos para evitar a dupla tributação e acordos de proteção de investimentos. São examinadas as três etapas envolvidas no processo de aprovação: o envio da Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional com a exposição de motivos; a publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União (DOU) com a aprovação do texto do acordo; e a publicação do Decreto presidencial no DOU com a promulgação do acordo.

O levantamento mostra que o processo completo de internalização levou, em média, 1.590 dias, ou seja, inacreditáveis quatro anos e cinco meses! Foi constatado também que entre os parceiros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que negociam juntamente com o Brasil acordos que envolvem redução de tarifas de importação, o país costuma ser o último a fazer valer os acertos.

Os autores sugerem medidas para aumentar tanto a agilidade como a transparência do processo de internalização, mas cabe registrar que os prazos atuais parecem incompatíveis com uma estratégia de abertura negociada, cujo objetivo seja o aumento de produtividade, além do acesso aos mercados.

Recomendamos, ainda, a leitura do artigo de Dani Rodrik.

Boa leitura!

Ricardo A. Markwald

Diretor Geral



.....

*A RBCE rende sua homenagem póstuma ao Professor **Regis Bonelli**, tantas vezes colaborador desta Revista, além de consultor, colega e amigo da Funcex.*



comércio exterior como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Esta é a visão da FUNCEX, pioneira em sua área de atuação.

A Funcex agradece a seus instituidores e mantenedores pelo apoio e confiança recebidos em 2017.

Buscando colaborar cada vez mais com nossos parceiros, desejamos sucesso em seus empreendimentos em 2018.

Que possamos seguir juntos, compartilhando conquistas e trabalhando em prol do comércio exterior brasileiro.

- Abimaq - Associação Brasileira da Ind. de Máquinas e Equipamentos
- Abiquim - Associação Brasileira das Indústrias Químicas
- Apex-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
- Banco Bradesco
- Banco BTG Pactual
- Banco Central do Brasil
- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste do Brasil
- Banco Itaú
- Banco Santander
- Bndes - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- Caixa Econômica Federal
- Ciergs - Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul
- Cisa Trading
- CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica
- Fiesc - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- IABr - Instituto Aço Brasil
- IRB - Brasil Resseguros
- IRB - Brasil Resseguros
- LCA Consultores
- MB Associados
- Petrobras - Petróleo Brasileiro
- Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- Vale

FUNCEX



fundação
centro de estudos
do comércio
exterior



Ajudando o
Brasil a expandir
fronteiras

www.funcex.org.br